



PARTE H

MUNICÍPIO DE AMARANTE

Aviso n.º 12068/2016

Para os devidos efeitos, torna-se público que, nos termos dos artigos 45.º e 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi concluído com sucesso o período experimental dos trabalhadores a seguir indicados, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado:

Técnico Superior — área de Gestor de Desenvolvimento e Regeneração Urbana

Tiago André Almeida Costa e Silva Ferreira

Técnico Superior — área de Psicologia

Sónia Elisabete Pinheiro Monteiro

30 de agosto de 2016. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães*.

309848081

Aviso n.º 12069/2016

Para os devidos efeitos, torna-se público que, nos termos do n.º 3 artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, o Município de Amarante deliberou aprovar, em sua reunião ordinária de 5 de setembro de 2016, a constituição e designação dos membros da equipa multidisciplinar e, em consequência designar para exercer as funções de Chefe da Equipa Multidisciplinar — Agência de Planeamento Estratégico, o Técnico Superior, Tiago André Almeida Costa e Silva Ferreira, cuja remuneração será equiparada a Chefe de Divisão (cargo de Direção Intermédia de 2.º grau), incluindo despesas de representação.

12 de setembro de 2016. — O Presidente da Câmara, *José Luís Gaspar Jorge*.

309873045

MUNICÍPIO DE ARMAMAR

Aviso n.º 12070/2016

Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, e posteriores alterações, conjugado com o teor do artigo 33.º do anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho, e posteriores retificações e alterações, torna-se público que, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e de acordo com o despacho do Presidente da Câmara Municipal de Armamar de 21 de julho de 2016, se encontra aberto procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com vista ao recrutamento para preencher o seguinte posto de trabalho (previsto no mapa de pessoal e não ocupado): Um lugar, na categoria e carreira de técnico superior.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, e posteriores alterações, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento na autarquia local, nem a Comunidade Intermunicipal do Douro ter constituído a Entidade Gestora da Requalificação das Autarquias, não havendo, assim, nenhuma lista nominativa de trabalhadores colocados em situação de requalificação.

Caracterização do posto de trabalho: assegurar, a gestão e a manutenção dos sistemas informáticos; a gestão e a manutenção de recursos, infraestruturas, redes informáticas e telecomunicações; a gestão de sistemas de bases de dados e outros programas informáticos existentes; a manutenção de planos de segurança dos sistemas informáticos e das aplicações informáticas. Proceder ao acompanhamento técnico de todos os processos de aquisição de equipamentos e suportes lógicos informáticos do Município; à gestão e controlo das versões de software de base aplicacional. Prover a assistência técnica aos utilizadores; o apoio na formação e divulgação aos utilizadores das aplicações informáticas utilizadas ou a utilizar na Autarquia. Promover e divulgar as novas tecnologias da informação e comunicação e elaborar testes de qualidade e de auditoria às aplicações. A descrição de funções, não prejudica a atribuição ao trabalhador(a) de tarefas, não expressamente mencionadas, que lhes sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais detenha

qualificação profissional adequada e não impliquem desvalorização profissional.

Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, e ulteriores alterações.

Local de trabalho: área do município de Armamar.

Requisitos gerais de admissão: ser detentor(a), até à data limite para apresentação das candidaturas, de nacionalidade portuguesa (quando não dispensada pela Constituição da República Portuguesa, convenção especial ou lei especial), ter 18 anos de idade completos, não estar inibido(a) do exercício de funções públicas ou não estar interdito(a) para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar, possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e cumprir das leis de vacinação obrigatória.

Os candidatos são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos mencionados no parágrafo anterior, desde que declarem sob compromisso de honra, no requerimento de candidatura tipo, no local próprio para o efeito, que reúnem os referidos requisitos.

Requisitos especiais de admissão: o recrutamento inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º do anexo à LTFP. De acordo com o disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 30.º do anexo à LTFP e do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Armamar de 21 de julho de 2016, com fundamentos nos princípios de racionalização, eficiência e economia de custos, que devem presidir à atividade municipal e no relevante interesse público no recrutamento para o posto de trabalho, foi autorizado que o presente procedimento concursal seja único, pelo que, em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho com trabalhador(a) com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhador(a) com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

Habilitações exigidas: licenciatura em Engenharia Informática e Telecomunicações. Não é admitida a substituição do nível habilitacional exigido por qualquer outra formação ou experiência profissional.

Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento concursal.

Prazo para apresentação de candidatura: 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Forma de apresentação de candidatura: formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário tipo, que poderá ser obtido em www.cm-armamar.pt dirigidas ao presidente da câmara municipal de Armamar e entregues em tempo útil no balcão único de atendimento ou enviadas pelo correio, através de carta registada com aviso de receção, expedida até ao termo do prazo fixado para Praça da República, 5110-127 Armamar. Só é admissível a apresentação de candidaturas em suporte de papel. As candidaturas ou documentos recebidos por correio eletrónico não serão considerados para o fim pretendido. Estas deverão ser acompanhadas, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos: fotocópia legível do documento comprovativo das habilitações literárias, bem como fotocópias do bilhete de identidade, do cartão com o número de identificação fiscal ou do cartão de cidadão (onde conste que autoriza a utilização dos dados somente para este efeito).

Para os candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, declaração passada e autenticada pela entidade onde exerce funções públicas, comprovativa dessa condição, da carreira/categoria de que é titular, com descrição da atividade que executa/caracterização do posto de trabalho que ocupa, a posição remuneratória correspondente à remuneração auferida e a avaliação de desempenho quantitativa obtida nos últimos três anos ou declaração de que o candidato não foi avaliado nesse período.

Os candidatos a que seja aplicável o método de seleção da avaliação curricular, devem apresentar o *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado, do qual conste a identificação pessoal, habilitações literárias, formação e experiência profissional e quaisquer circunstâncias que possam influir na apreciação do seu mérito ou constituir motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo Júri do procedimento concursal, se comprovadas, nomeadamente com

fotocópia dos documentos comprovativos da experiência profissional e da formação profissional frequentada.

Os candidatos que exerçam funções no município de Armamar ficam dispensados de apresentar cópias dos documentos exigidos, desde que se encontrem arquivados no seu processo individual, devendo, para o efeito, declará-lo no requerimento.

As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. Assiste ao Júri, a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

Métodos de seleção: Prova de Conhecimentos (PC); Avaliação Psicológica (AP); Entrevista Profissional de Seleção (EPS). Aos candidatos que reúnam as condições previstas no n.º 2 do artigo 36.º do anexo à LTFP, caso não tenham exercido a opção pela PC e AP, são aplicados os seguintes: Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação das Competências (EAC). Na valoração dos métodos de seleção é utilizada a escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada método, sendo a classificação final (CF) obtida pela aplicação da fórmula: $CF = (PC \times 50\%) + (AP \times 25\%) + (EPS \times 25\%)$.

Aos candidatos que reúnam as condições previstas no n.º 2 do artigo 36.º do anexo da LTFP, caso não tenham exercido a opção pela PC e AP, aplica-se a fórmula: $CF = (AC \times 40\%) + (EAC \times 60\%)$.

A PC é de realização individual, em suporte de papel e sob a forma escrita. Terá duração máxima de 60 minutos e versará sobre: Lei Geral Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugada com o Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova a sua revisão, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto e Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 7-A/2016 de 30 março; Código de Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública — Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; Modernização Administrativa — Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio; Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias — Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações e retificações pelas Leis n.º 69/2015, de 16 de julho, Lei n.º 25/2015, de 30 de março, Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro e Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2012, de 07 de fevereiro. A AP é efetuada por entidade especializada ou nos termos das alíneas a), b) ou c) do n.º 2 do artigo 10.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, e ulteriores alterações. A EPS terá duração máxima de 15 minutos. A EAC terá duração máxima de 30 minutos.

Os candidatos têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, desde que o solicitem.

Cada um dos métodos utilizados é eliminatório, pela ordem enunciada, e será excluído o candidato que obtenha uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhes sendo aplicado o método ou fase seguinte. Os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção, consideram-se automaticamente excluídos do procedimento concursal.

O recrutamento inicia-se pela ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de requalificação e esgotados estes, dos restantes candidatos e é efetuado de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção. Em caso de igualdade de valoração, entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 35.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, e ulteriores alterações.

Composição do júri: Presidente — António José da Silva Fernandes, que será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efetivo. Vogais efetivos: Maria José Fonseca de Gouveia Aires e Maria Ivete Borges Centenário Pereira da Fonseca; Vogais suplentes: Maria Manuela Igreja Casal da Veiga e Sandra Andreia Afonso e Álvares Marques.

Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria 83-A/2009, 22 de janeiro, e ulteriores alterações, para a realização da audiência de interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para a realização dos métodos de seleção.

A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público (no edifício sede da Câmara Municipal de Armamar) e disponibilizada em www.cm-armamar.pt

Os candidatos aprovados em cada método são convocados para a realização do método seguinte através de notificação, por uma das

formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria 83-A/2009, e ulteriores alterações.

A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, após homologação, será publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público (no edifício sede do município de Armamar) e disponibilizada em www.cm-armamar.pt

Posicionamento remuneratório: determinado nos termos do n.º 7 do artigo 38.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que se mantém em vigor por força do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, sendo a posição remuneratória de referência a 2.ª, nível remuneratório 15, correspondente ao vencimento base de 1.201,48€.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

Quotas de emprego: é garantida a preferência em igualdade de classificação aos candidatos com deficiência que, para o efeito, devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção e fazer a devida prova documental.

O presente aviso será publicado por extrato em www.cm-armamar.pt a partir da data da sua publicação no *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público: www.bep.gov.pt no 1.º dia útil seguinte à presente publicação na 2.ª série do *Diário da República* e sob forma de extrato num jornal de expansão nacional, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da mesma data.

21 de setembro de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal de Armamar, *João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca*.

309884491

MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS

Aviso n.º 12071/2016

Para os devidos efeitos se torna público que, foi homologada por despacho do Presidente da Câmara, datado de dez de agosto e 6 de setembro de 2016 respetivamente, a conclusão com sucesso do período experimental dos trabalhadores Nelson Flávio Carvalho Melo e Pedro Manuel Vieira Braga, para a carreira/categoria de Assistente Operacional, na sequência do recrutamento do procedimento concursal comum, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso publicitado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 9, de 14 de janeiro de 2015 e publicitação da respetiva admissão na função pública no *Diário da República* n.º 15, de 22 de janeiro de 2016.

13 de setembro de 2016. — A Vice-Presidente da Câmara, *Rute Miriam Soares dos Santos*.

309867887

MUNICÍPIO DE BEJA

Aviso (extrato) n.º 12072/2016

Em cumprimento do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, conjugado com o n.º 5 do artigo 43.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com vista a completar o texto do aviso n.º 10977/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 170, de 05/09/2016, a seguir se publica a adenda ao despacho do Senhor Presidente da Câmara de 01/08/2016, no âmbito da designação de Sílvia Maria Cunha de Brito Graça como Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação:

“Considerando as disposições legais previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente o estabelecido no n.º 5 do artigo 43.º, conjugado com o estabelecido no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e em devido tempo, autorizo Sílvia Maria Cunha de Brito Graça a exercer atividades em instituições de ensino superior, designadamente atividades de docência e de investigação, e atividades compreendidas na respetiva especialidade profissional, designadamente formação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

A presente adenda ao despacho supra indicado, datado de 1 de agosto de 2016, faz parte integrante do mesmo, devendo promover-se, também, a devida publicação da mesma.”

12 de setembro de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Rocha*.

309873767